

ISSN 2525-6904



## ARTIGOS

### **Entre o trabalho e a casa:**

### Estudo das representações sociais de mulheres feirantes

Parley Lopes Bernini da Silva, *Universidade Federal de Santa Catarina*

---

Resumo. O artigo evidencia as representações sociais de mulheres rurais feirantes que atuam na feira livre de Barbacena- MG no que diz respeito a sua inclusão/exclusão social na vida pública, correlacionando ao fato de assumirem uma identidade profissional a qual intersecciona com sua vida privada. Metodologicamente qualitativo, apropria-se de questionários semiestruturados e análise de conteúdo. Os resultados indicam uma polissemia de representações por parte das mulheres que, se ora veem inclusas socialmente através da venda dos seus produtos, ora expõem questões que as excluem como a sobrecarga de funções desempenhadas no lar e as dificuldades de reconhecimento da sua identidade profissional<sup>1</sup>.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação social. Gênero. Mulheres. Barbacena-MG.

---

---

<sup>1</sup> Este artigo advém de uma releitura da dissertação intitulada **Identidade, Trabalho E Inclusão Social: estudo sobre as representações de mulheres feirantes de Barbacena-MG** defendida em 2021 para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural, ofertado pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.



## Introdução

É notado o aumento de pesquisas orientadas a compreender os diferentes aspectos do *modus vivendi* da mulher rural na atualidade e sua inserção na arena pública. Convergindo nesta premissa, o artigo propõe, centralmente, oferecer reflexões que aliem a esta temática para interpretar uma dada realidade vivida por esse segmento social “notadamente marcado por relações históricas de desigualdade de gênero” (AZEVEDO, 2012, p. 1).

Tem se tornado comum afirmar que a mulher rural desenvolve papel importante na produção de alimentos através da agricultura familiar, sendo tema de ampla bibliografia (PACHECO, 2009; PIMBERT, 2009; AZEVEDO, 2012; NEVES, 2014; AMORIM *et al*, 2015; AGUIAR, 2016; PAULILO, 2016; ONU, 2017; BERNINI SILVA, 2021).

Não obstante, a literatura recente destaca a busca de mulheres rurais pelo ingresso no mercado do trabalho e obtenção de renda; pela profissionalização; pelo sentimento de liberdade e autonomia, assim como pela conquista da cidadania possibilitada pela inserção econômica (AMORIM *et al*, 2015); proteção a seus direitos humanos (ONU, 2017) e pela participação e reconhecimento nos espaços públicos e políticos por meio de lutas reivindicatórias e conquistas (CARNEIRO, 1994; COSTA; NUNES, 2014; PAULILO, 2016).

Alinhando ao objeto deste artigo, Neves (2014, p. 25) apostila que as análises das quais abordam a temática de mulheres rurais e trabalho são um objeto “de estudo analiticamente ainda mal definido, pois a tradicional colaboração das mulheres neste domínio é do trabalho agrícola, ou ainda na divisão de trabalho inerente a unidades comerciais de clientela restrita e agregada por princípios de proximidade vicinal”.

Tal participação, quando vista como ajuda, permite perceber as barreiras entre definir o que é atividade do lar e o que compete à prática mercantil das mulheres, haja vista que “nem sempre são assim percebidas ou explicitadas [...], porque estão duplamente voltadas para atender ao autoconsumo da família e produzir rendimento” (NEVES, 2014, p. 27).

Outrossim, o “trabalho feminino (doméstico = privado) passa a ser entendido como labor da/na casa, a serviço da família, que se realiza



exclusivamente no âmbito privado e como esforço isolado, condição da ‘natureza’, como não-produtivo” (TEDESCHI, 2014, p. 28). Essa duplicidade é apontada, assim, como limitador da visibilidade da atuação feminina, pois não se diferencia o que é econômico do que é doméstico (DAJUI, 2006).

No espaço rural, as diferenças do trabalho masculino e feminino evidenciam-se numa das formas de exclusão onde compete ao homem atividades que são realizadas fora do lar e de cunho monetário e à mulher, ainda que exerça a mesma função, é tida como complementação das atividades domésticas e agrícolas (AZEVEDO, 2012; COSTA; NUNES, 2014; PAULILO, 2016; BERNINI SILVA, 2021).

Seu trabalho, quando tido como ajuda, ainda pode limitar sua compreensão e atuação nos espaços públicos e na arena política ora que uma evidência dessa exclusão, quer seja no espaço público ou privado, emerge quando “sofre provação e nem sequer é capaz de avaliar claramente o seu grau de privação relativa” (SEN, 2004, p. 224). Por vezes, não são conscientes da desigualdade presente “pois elas próprias veem naturalmente suas atividades ligadas à esfera doméstica – reprodutiva, ainda que tenham uma carga de trabalho excessivamente intensa e cansativa” (COSTA; NUNES, 2014, p. 4) o “que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural” (CARNEIRO, 1994, p. 14).

Paulilo (2016), na busca de demonstrar os avanços da mulher rural, enfatiza que suas principais conquistas recentes advêm do acesso a alguma forma de renda própria; da participação nas decisões da propriedade; da caracterização do seu trabalho como “agricultoras” e não “do lar”. Portanto, em suas variadas formas de manifestações sociais e políticas, verifica-se que uma das bandeiras das mulheres rurais é modificar as representações sociais sobre sua condição, tendo o reconhecimento da identidade de trabalhadoras (CARNEIRO, 1994).

Apesar dos avanços nos dispositivos legais e institucionais, não se pode afirmar que tais conquistas estão disponíveis a todas as mulheres rurais. Assim, além dos *aspectos objetivos* e mensuráveis das políticas de inclusão (renda; escolaridade; assistência previdenciária; acesso a bens e serviços, dentre outros), há os *aspectos subjetivos* ligados ao acesso a essas políticas, à mudança de *status* e o reconhecimento social do trabalho, à autonomia e participação social que permitem discutir



aspectos positivos e negativos das conquistas, impasses e desafios recentes. Questões, estas, as quais podem ser evidenciados com aporte da Teoria das Representações Sociais, a qual orienta e justifica a realização do artigo.

## **As Representações Sociais: notas da literatura**

O pioneirismo da Teoria das Representações é creditado a Émile Durkheim e Marcel Mauss delineando a teoria de “representações coletivas” (RC). O conceito pressupunha definir aquilo que as sociedades detinham como conhecimento, ordenando-o em grupos distintos de classificação dispostos por relações hierárquicas. Com isso, a representação definia enquanto forma pela qual as sociedades decodificam o mundo, sendo responsável pela junção do sistema cognitivo e do conhecimento que é construído, herdado e socializado (JODELET, 1993; 2001; MOSCOVICI, 1988; 2001; GUARESCHI, 2007).

Durkheim propôs evidenciar que as RC seriam hegemônicas e regidas por uma tradição na qual a cultura determinaria seus sentidos e ações. Consideradas estruturais, pouco sofreriam alterações e as relações entre as pessoas seriam definidas sem questionamentos. Desse modo, estariam produzidas pelos vínculos e as consciências que compõem a sociedade que, por sua vez, necessitariam de uma aceitação coletiva. Assim, todos indivíduos partilhariam uma mente social representativa de forma macro, observada através das estruturas e instituições que os regem (MOSCOVICI, 2001).

A teoria de Durkheim, *a posteriori*, tornou-se pouco retrabalhada no campo da Sociologia e da Psicologia Social, sendo tão-só retomada e reformulada a partir da tese de doutorado do psicossociólogo Serge Moscovici *La Psychanalyse, son image, et son public*. Nela, Moscovici expunha uma visão pioneira e “epistemológica, ao afirmar que a absorção da ciência pelo senso comum não é, como geralmente se defendia, uma vulgarização do saber científico” (LOPES, 2013, p. 25159) e “que o conhecimento ‘ingênuo’ não deve ser invalidado como falso ou viesado” (JODELET, 1993, p. 10), mas é sim um conhecimento que se adequa a outros contextos e particularidades (MARTINS *et al*, 2003). Emergia, da sua análise, o conceito de Teoria da Representação Social (TRS).



Com a tese, estreava uma visão construtivista da TRS desejando “contribuir para uma psico-sociologia do conhecimento então inexistente ao lado de uma sociologia do conhecimento florescente e de uma epistemologia do senso comum apenas nascente” (JODELET, 1993, p. 11). Para Moscovici, o saber comum orientaria o conhecimento prático pelo qual o indivíduo aprenderia um conjunto de ideias, explicações e coerências que dão sentido ao objeto e que circulam no grupo social que se insere (MOSCOVICI, 2001; GUARESCHI, 2007). Seu avanço, em relação a Durkheim, situaria em investigar as não concordâncias e pluralidades das representações numa mesma sociedade sendo, deste modo, sua preocupação de tese (JODELET, 1993; 2001).

A TRS é um instrumento de vinculação (ligação e coesão), pela qual “a vigilância exercida pelo grupo sobre o indivíduo diminui à medida que os vínculos entre eles se tornam mais densos e recíprocos” (MOSCOVICI, 2001, p. 56), adequando a uma “pluralidade de representações e sua diversidade dentro de um grupo” (MOSCOVICI, 1988, p. 219). Sêga (2000, p. 128-129), esclarece que:

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. É um conhecimento prático que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade.

Representar é a capacidade humana de reproduzir um objeto que pode ser evocado a partir de uma palavra, sentimento, ação, memória, dentre outras possibilidades. Faz-se sua recuperação sem necessariamente visualizá-lo, sem que ele esteja presente no tempo e no espaço de sua evocação (GUARESCHI, 2007). Este processo se justifica através de como o indivíduo se constitui nas interações sociais, sendo elementos socialmente já estruturados recebidos por ele.

Assim, como aponta Jodelet (2001, p. 17), as RS “nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva”.

De tal forma, a representação social não é algo fiel ou fidedigno “nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito” (SÊGA, 2000, p. 129), mas sim estabelece-se na coesão existente entre mundo,



seus objetos e sujeitos que lhes dão significados ora que infere na maneira como o indivíduo encara este fenômeno. Nisto:

partilhar uma ideia, uma língua, também é afirmar um liame social e uma identidade [...] O partilhar serve à afirmação simbólica de uma unidade e de um pertencimento. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e ao reforço da ligação social” (JODELET, 1993, p. 15).

Outro aspecto da teoria está em que “deve ser estudada articulando elementos afetivos, mentais e sociais ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação” (JODELET, 2001, p. 26), pois a visão de mundo do sujeito (ou do grupo social) e suas ações são explicitadas através do recurso representacional. O fenômeno de *cognição*, desse modo, corresponde a eventos que partem internamente do indivíduo, refletindo (ou não no coletivo), visto que “a abordagem social das representações os trata de uma maneira concreta, diretamente observável, mesmo quando a organização latente de seus elementos é objeto de uma reconstrução pelo pesquisador” (JODELET, 1993, p. 19).

Igualmente, “essas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem, para esse grupo, uma visão consensual da realidade” (JODELET, 1993, p. 4). É, isto posto, a construção de uma identidade coletiva onde a partilha social rege as representações ancoradas, dentre outros aspectos, pela comunicação e adesão. Por ser um saber construído nas práticas cotidianas (JODELET, 1993; SÊGA, 2000; MOSCOVICI, 2001), o conhecimento científico é transformado em comum por intervém dos saberes estabelecidos nas trocas sociais com dois processos essenciais, a saber:

*i. ancoragem*: responsável por estabelecer o conhecimento novo através do que se possui anteriormente. Especialmente vincula-se a uma trajetória e isso faz com que experiências sejam fixadas. Sua principal função é de duplicar a figura por um sentido, favorecendo um contexto inteligível ao objeto e “enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações que permite situá-las face aos valores sociais e dar-lhes coerência” (JODELET, 1993, p. 18) e; *ii. objetivação*: se faz quando uma representação torna um ícone através dos paradigmas na memória, havendo uma série de significados que designa o fenômeno simplificadaamente (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 1989; 2001).

Representar, dado o exposto, implica “agir sobre o mundo e o outro, o que desemboca em suas funções e eficácia sociais” (JODELET



2001, p. 28). Origina-se a dar sentido àquilo vivido e experimentado (PESAVENTO, 1995), marcando pertencas sociais que possibilitam identidades aos membros de uma comunidade, posto que “a natureza consensual de uma representação é geralmente parcial e localizada” (LOPES, 2013, p. 25159). É o processo capaz de tornar inteligível o objeto; quão longe ou próximo ele está sendo “a representante mental do objeto [...] que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito” (JODELET, 1993, p. 5).

Nisto, Moscovici avança e tem seu crédito, para além de se orientar numa visão epistemológica construtivista majoritariamente atrelada à Psicologia Social florescente (que, à época, dominava-se pela Psicologia do Individualismo Cartesiana), estaria em glosar que a RS se orientaria em compreender as diversas formas do saber -o científico e o senso comum- e como ambos moldam o saber prático (GUARESCHI, 2007) que é passível de tensões, polêmicas, dominação e (res)significação.

Entende-se, pois, que a Representação Social na condição de categoria analítica tem consolidado seu espaço no campo das Ciências Sociais enquanto objeto teórico, metodológico e conceitual basilar para a compreensão das complexidades e dicotomias que emergem no processo de um conhecimento que, *sui generis*, é fenomenológico e mobiliza o imaginário social. Tem como pressuposto as experiências e percepções da vida cotidiana e sua construção socialmente aceita que, dentre elas, encontram-se os estudos dos papeis sociais, comunicacionais, da interpretação do que é tido como senso comum e, porque não dizer, identitários.

A partir desses pressupostos, a utilização da Teoria das Representações Sociais neste artigo justifica-se para entender as feiras como fenômeno social passível de ser pensado, avaliado, interpretado e representado pelas mulheres feirantes, sobretudo no sentido da inclusão social e da identidade, considerando as “relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm” (JODELET, 1993, p. 8).

Por fim a pesquisa volta-se em analisar as mulheres feirantes de Barbacena- MG e como representam sua inserção na feira local em sentido de identidade profissional, tendo por horizonte analítico que a identidade também é uma representação que, com tal, é passível de reconstruções, ressignificações, diálogos e disputas.



## **As Representações Sociais das feiras: práticas culturais preservadas no tempo ou lugar de vulnerabilidade social?**

As feiras são um objeto polissêmico, dada a sua longevidade histórica e sua presença verificada em diferentes partes do mundo, entende-se que várias representações sociais (positivas e negativas) foram – e são – elaboradas sobre esse espaço, seus frequentadores e trabalhadores. Os primeiros estudos que versam sobre datam do século XI com a abertura de vias comerciais entre oriente e ocidente tendo por rota o Mar Mediterrâneo, lugar de desenvolvimento comercial protagonizado pelos burgos (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005).

Em meados do século XIII, quando as rotas terrestres se tornaram ameaçadoras, as vias marítimas ganharam importância e no século XIV a fixação dos mercados em centros de relevância populacional (tal qual Londres) fez diminuir a importância das feiras (PEDRO; COULON, 1985). É, de tal modo, referenciada como uma das atividades mercantis mais antigas (SILVA; SILVA, 2016) onde deteve de múltiplas transformações ao longo dos anos e, gradativamente, “passou a ofertar itens que a sociedade atual ia necessitando, ao mesmo tempo em que oferecia aquilo que o passado se encarregara de ofertar como necessário para a vida cotidiana” (SILVA; SILVA, 2016, p. 7).

Nacionalmente as feiras assumem o papel de oportunizar às populações urbanas o abastecimento de alimentos com os mais variados produtos oriundos da agricultura, da pecuária, da pesca e do artesanato. Guimarães e Doula (2018, p. 3 *apud* MASCARENHAS, 2008) apontam que além da tradição ibérica, a feira livre brasileira herda “práticas africanas populares chamadas de quitandas, do quimbundo *kitanda*, que significa ‘mercado’, constituídas por agrupamentos de negras ao ar livre, acoradas ou dispendo de tabuleiros”, as quais comercializavam produtos advindos das pequenas lavouras e/ou pescas.

Assim, a importância e persistência das feiras livres se explicam, em primeiro lugar, pelas novas orientações do consumidor que busca não apenas o que se nomeou por *food security* mas também os *safety*





*food*, ou seja, a feira é representada como espaço de segurança alimentar e saudabilidade ao que se comercializa.

Em segundo lugar, contrastando com as relações impessoais e anônimas dos supermercados, são representadas como espaços sociais de troca de saberes e práticas mercantis orientadas pelo reconhecimento mútuo entre feirantes e fregueses (GUIMARÃES; DOULA, 2018) tendo “sua importância pelos aspectos culturais, políticos e sociais, pois é lugar de encontros e reencontros” (SILVA; SILVA, 2016, p. 6).

Uma terceira justificativa relaciona-se ao fato de ser um ambiente diverso que abarca quem seja, configurando-se “como um lugar de fundamental importância no cotidiano urbano dos países subdesenvolvidos, à medida que absorve a população ‘excluída’” (CARVALHO; ARAUJO, 2017, p. 63). Assim, se ora é entendida enquanto ambiente mobilizador de contatos interpessoais e cultural, ora não se pode desconsiderar a inserção daquele “nela deseje/necessite trabalhar sem interpor exigências ou pré requisitos como grau de instrução, idade, classe social, orientação sexual e outros” (Bernini Silva, 2021, p.121).

Pesquisadores brasileiros destacam que as feiras permitem um plano representacional de estreitamento cultural entre o rural e o urbano (CARNEIRO, 1998; MENASCHE, 2004), onde atividades profissionais, econômicas, de lazer, educacionais e culturais se aproximam num fluxo que mescla trocas de mercadorias, palavras, memórias e visões de mundo (COUTINHO; DOULA, 2014) sendo permeada “por complexas interações, adquirindo um significado social além de um local de comércio” (BERNINI SILVA, 2021, p. 94).

Entende-se, pois, que nela faz-se presente uma gama de ações que permeiam desde a venda de produtos a contatos de sociabilidade, pois perpassa “o viés econômico na medida em que se apresenta como um lugar de encontro, visto que, além das trocas comerciais, as pessoas buscam relações sociais, o lazer, o passeio e a diversão. Por isso, se admite que a feira livre possui uma importância cultural, social e política” (SILVA; SILVA, 2016, p. 7).

Como referenciado por Cuervo *et al* (2019, p. 285), “a feira pode ser entendida usualmente como o grupo de pessoas que ‘fazem a feira’ – produtores(as), consumidores(as), e outras –, que compartilham



interesse pelo seu espaço”. Enfatizando as interações culturais que ela propicia, Sacco dos Anjos *et al* (2005, p. 19) consideram que uma de suas características é ser “um espaço social detentor de atributos peculiares que, presumivelmente, asseguram sua persistência na sociedade contemporânea”.

Propondo compreender como se estabelecem as dinâmicas sociais que a feira preserva, é de relevância destacar a dicotomia que nela existe. Se por um lado é representada como espaço mobilizador de contatos interpessoais, por outro também assume a feição de lugar de trabalho consideravelmente pouco tecnológico e que demanda maior esforço daqueles que nela comercializam alimentos e produtos agropecuários. Nisto, se observado como é a feira detentora de práticas socializadoras e simbólicas, compete a ela “mesclar relações de trabalho com as familiares, de vizinhança e de amizade; acionar suas rotinas valendo-se de regras tácitas e operar por meio de relações de cooperação e competição” (SATO, 2007, p. 95).

A feira, se considerada a explicação de Leny Sato (2007), abarca uma dualidade entre manter uma identidade historicamente construída, mas que constantemente necessita de práticas e dinâmicas diferenciadas dos supermercados e hipermercados (tidos como lugares de relações anônimas) para se manterem presentes nas sociedades urbanas, aspecto esse apresentado também noutras análises (MENASCHE, 2004; SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; SILVA; SILVA, 2016; GUIMARÃES; DOULA, 2018).

Dessa forma, aqueles que compõem as feiras sofrem diretamente as ações e pressões de amplas redes de mercados e hipermercados que, por resposta, surge-lhes a sensação de receio e inquietude quanto à preservação desses espaços, como destacado em múltiplas análises (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; SATO, 2007; CUERVO *et al*, 2019). Com isto, “não é à toa que os feirantes trazem, espontaneamente, o tema da extinção da feira livre. As ameaças sentidas vêm de longa data. A pulverização dos supermercados frequentemente é considerada a causa da queda de movimento das feiras livre” (SATO, 2007, p. 96).

Percebido isto, a representação sobre a feira (e conseqüentemente sobre o *ser feirante*) assume uma ambigüidade de ora posicioná-la como espaço positivo de redes de sociabilidade, ora como espaço de trabalho árduo, com “a chegada dos feirantes na madrugada trazendo seus



equipamentos, mercadorias e montando suas bancas” (SATO, 2007, p.97). Em sua autorrepresentação da atividade laboral, relatam uma “sobrecarga de trabalho (jornada dupla/tripla), os quais chegam a trabalhar cerca de 12h/dia” (CARVALHO, AGUIAR, 2017, p.63).

De acordo com Sato (2007, p.99), além das condições árduas de trabalho, a feira é também um espaço de hierarquizações laborais e vulnerabilidades sociais ora que:

A feira livre deve ser compreendida, então, como um contínuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas. [...] Vizinhos no bairro de moradia podem experimentar posições de ajudante e patrão, e amigos podem trabalhar como ajudantes na mesma banca. Vê-se, entre os ajudantes, intensa rotatividade pelas diversas bancas. Um ajudante pode trabalhar para várias “*firmas*” no decorrer da semana. A feira livre é notória por abrigar vínculos precários de trabalho em termos de proteção social (Guimarães, 1969; Santos, 1979/2004).

As relações estabelecidas entre os feirantes permeiam a cooperação e a competição, ora ajuda mútua e colaboração com vendas de produtos, ora com a concepção de que o seu produto necessita ter destaque dos demais. Nisto, “o sentido do trabalho é fortemente influenciado pela organização do trabalho, pois esta é capaz de alterar os comportamentos dos trabalhadores de forma que paulatinamente passem a ter atitudes positivas para com as funções que executam” (TOLFO; PICCININI, 2007, p. 42 *apud* MORIN, 2001).

A dualidade da feira tem destaque, pois do mesmo modo que se tem evidenciado o trabalho para *chegar à feira* é percebido também como nesse mesmo lugar se faz presente uma diversidade de acordos e circunstâncias entre feirante e consumidor, os quais são moldados nas conversas e práticas culturais que na feira se preserva (SATO, 2007; CARVALHO; ARAUJO, 2017). Em acordo ao estudo de Sato (2007), Carvalho e Araújo (2017) demonstram como a atividade laboral de feirante engloba mais que aspectos vinculados a uma prática cultural. São eles trabalhadores que “desenvolvem suas atividades em condições de trabalho que os tornam vulneráveis a impactos sociais, econômicos, psicológicos e físicos inerentes à atividade informal que desempenham” (CARVALHO; ARAUJO, 2017, p. 60).

Outros aspetos negativos têm sido destacados em bibliografia recente, notadamente da área médica e da saúde pública, como



“reduções da eficiência do processamento cognitivo, do tempo de reação e responsividade atencional; déficit de memória; aumento da irritabilidade; alterações metabólicas e endócrinas e quadros hipertensivos” (CARVALHO; ARAUJO, 2017, p. 63) que afetam os trabalhadores da feira. Fatores como esses são representados pelos feirantes como condicionantes ou incapacitantes da sua atividade e tais problemas de saúde afetam, além da própria debilidade física, a diminuição ou mesmo a interrupção dos seus ganhos financeiros (SATO, 2007; CARVALHO; ARAUJO, 2017), bem como da consolidação de sua identidade profissional.

Essas condições se atrelam às dimensões sociais/pessoais (cansaço, receio de perder a função, etc.); ambientais (descarte dos resíduos da feira, coleta seletiva, etc.) e econômicas (ganho de recursos financeiros vinculados a períodos de maior ou menor venda, períodos de entressafra, etc.) impactam diretamente em suas vidas, “visto que, além de reduzir seu tempo de lazer e convívio com familiares, altera as práticas de cuidado de si, e, conseqüentemente, a sua saúde” (CARVALHO; ARAUJO, 2017, p.63) interseccionando o campo da identidade e trabalho.

## Metodologia

O artigo tem sua abordagem qualitativa, caracterizada como o conjunto de técnicas interpretativas que busca descrever e compreender o caráter subjetivo do sujeito/objeto, estudando suas particularidades e experiências (MINAYO, 2009).

Tal escolha advém ao fato que, as vistas de Godoy (1995), apropria-se da natureza qualitativa quando há diversos atores envolvidos nos múltiplos processos sociais e com diferentes percepções sobre a realidade social que necessitam de uma análise particularizada, a qual nem sempre se obtém quantitativamente (MINAYO, 2009). É, por fim, é um método científico de investigação que foca no caráter subjetivo do sujeito/objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. (JACCOUD; MAYER, 2008).

Utilizou-se de um questionário semiestruturado aplicado a 25 mulheres feirantes com a finalidade de desvelar determinados aspectos



do fenômeno em questão a partir das falas dos participantes da pesquisa, para além das perspectivas observadas naturalmente, completando as indicações de trabalho proporcionadas pelas leituras que se obteve na academia (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995).

Tendo 35 questões, indagava suas representações do que é a feira livre; os significados que atribuem à prática de feirante; como conjuga sua participação na feira e sua vida privada; questões relacionadas à sobrecarga de trabalho (casa/feira), dentre outros aspectos a fim de que pudessem expressar opiniões, delinear circunstâncias ou organizar associações de ideias ao que se indagava.

Sua aplicação se deu entre março a abril de 2021. A justificativa para seu uso adveio ao fato de que por este instrumento pode-se coletar do sujeito suas visões de mundo a partir da realidade que se tem, ora que a aplicação “com os usuários é uma forma de compreender qualitativamente suas motivações e expectativas” (FABERLUDENS, 200-, p. 5) para além de uma análise quantitativa (MINAYO, 2009), ancorado na análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é tida como aporte descritivo e interpretativo, amplamente utilizada pela Teoria das Representações Sociais, já que nos discursos (orais, escritos, visuais) as representações se materializam, ou seja, tornam-se possível uma análise das ideias e das diferentes visões de mundo que as narrativas veiculam (JODELET, 1993; 2001; MOSCOVICI, 2003; ARRUDA, 2014), haja vista que “tudo o que é dito ou escrito está sujeito à análise de conteúdo<sup>2</sup>” (HENRY; MOSCOVICI, 1986, p. 36). Por fim, como demonstrado por Henry e Moscovici (1968, p. 36):

A análise de conteúdo é um conjunto díspar de técnicas utilizadas para lidar com materiais linguísticos. Esses materiais podem ter sido coletados por meio de pesquisas ou entrevistas, ou podem ser materiais “naturais”, agrupados para pesquisa, como artigos de jornal, histórias, depoimentos, discursos políticos, obras literárias, etc<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Originalmente: “tout ce qui est dit ou écrit est susceptible d’être soumis à analyse de contenu”.

<sup>3</sup> Originalmente: “L’analyse de contenu est un ensemble disparate de techniques utilisées pour traiter des matériaux linguistiques. Ces matériaux peuvent avoir été recueillis au moyen d’enquêtes ou d’interviews ou bien ce sont des matériaux « naturels », regroupés en vue d’une recherche, tels que des articles de journaux, des récits, des témoignages, des discours politiques, des œuvres littéraires, etc.”



## Resultados e Interpretação dos dados<sup>4</sup>

Questionadas sobre o que é o espaço da feira, obteve-se dentre as respostas:

*É onde vendo o que faço, tenho meu trabalho reconhecido (E1, 50 anos).*

*É um local acessível onde pode-se expor seus produtos e além de ter lucro com vendas faz-se novos conhecimentos, novas parcerias e sempre surgem novas ideias e contatos a partir dali (E2, 46 anos).*

*Um lugar que posso adquirir reconhecimento pelo o que faço [artesanatos], melhora autoestima e também fonte de renda (E6, 27 anos).*

*Meu trabalho e fonte de renda. Sem a feira não tem nada porque feira para o brasileiro é vida. A gente não vive sem (E9, 45 anos).*

*É o lugar onde a vida dos meus filhos depende da feira. Sem ela não sou nada (E11, 40 anos).*

As falas indicam que a feira corresponde a um lugar de autorrealização, ora pelo retorno financeiro que apresenta às mulheres, (enquanto lugar de escoamento daquilo que produz), ora pela realização pessoal de estar ali e ora pelo reconhecimento por parte de quem adquire seus produtos (SATO, 2007; SILVA; SILVA, 2016). Outro aspecto evidenciado refere-se à centralidade que este espaço e, por conseguinte, o trabalho que ali se desenvolve assumem na vida das feirantes. Isso porque é nele que elas realizam o trabalho, o lazer e a sociabilidade.

Assim, a feira livre é palco de trabalho que interconecta tarefas anteriores da produção dos bens e do transporte que permite a aproximação do rural e urbano (CARNEIRO 1998; MENASCHE, 2004; COUTINHO; DOULA, 2014), a caminho de um “rurbano”. Pelo seu ofício as mulheres feirantes tiram a renda do seu sustento e seus familiares (ao mesmo tempo em que contribuem para o sustento alimentar dos consumidores).

---

<sup>4</sup> As inserções em colchetes “[ ]” são elucidativas, mas não falas literais das pesquisadas. Além disso, respeitou-se a escrita da pesquisada, o que pode evidenciar determinados erros gramaticais e/ou semânticos.



É posto isso, um espaço onde o labor é visto sob a perspectiva pessoal de autorrealização e de reconhecimento social pelos seus frequentadores, revelado através da prática informal e simbólica de acolhimento que a feira contém (CARNEIRO, 1998; MENASCHE, 2004; SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; DAJUI, 2006; COUTINHO; DOULA, 2014; GUIMARÃES; DOULA, 2018; CUERVO *et al*, 2019). Igualmente, perguntado *o que significa ser feirante*, obteve-se:

*Meu tudo. Ter dinheiro, ver amigos, conhecer gente nova. A gente vive aqui pra se manter vivo (E1, 50 anos).*

*Lugar de trabalho, felicidade e alegria (E5, 32 anos).*

*Significa ser alguém! É meu trabalho, o ganha pão e principalmente o lugar que tenho para sustentar meus filhos (E7, 36 anos).*

*É ser tudo! Tem que saber vender, montar a barraca, trazer, montar e deixar tudo organizado pra ficar bonito. A gente tem que saber de tudo um pouco (E10, 36 anos).*

*Meu sustento e que também posso mostrar meu trabalho para todo mundo. Também aprendo muito com os mais velhos aqui (E16, 32 anos).*

Termos como “felicidade”, “alegria”, “conhecer gente nova” e “ver amigos” demonstram a vontade das feirantes em estar neste espaço justamente por permitir que se tenha a sensação de acolhimento, familiaridade e interação social, representações pelas quais a própria feira é constantemente referenciada na bibliografia.

Assim, nesta pesquisa, foi possível confirmar representações positivas criadas pelos feirantes identificadas em trabalhos anteriores (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2005; SATO, 2007; SILVA; SILVA, 2016; CARVALHO; AGUIAR, 2017), bem como a referência e manutenção do significado original da palavra feira com seu significado de festa, encontros, conversas, trocas não materiais (CUERVO *et al*, 2019) e trocas econômicas

Há de se observar ainda nas falas termos como *ter dinheiro*, *ganha pão* e *meu sustento*, que indicam associações entre trabalho e ganho financeiro sendo, a feira livre, representada como oportunidade de melhoria da sua condição econômica e chance de autonomia financeira (PACHECO, 2009; PIMBERT, 2009; AMORIM *et al*, 2015).



Vale destacar também termos como *Meu tudo, meu trabalho, Meu sustento* como formas de linguagem que mostram autorreferência, uma centralidade no indivíduo que realiza o trabalho, auferir os ganhos e se orgulha de ter essa responsabilidade, principalmente das mulheres que associam os ganhos financeiros ao sustento dos filhos. Assim, trabalho e família constituem um núcleo de representação e significado indissociável, sendo a feira o espaço que permite unir a dimensão econômica, a dimensão do trabalho e a dimensão familiar.

Consideradas as falas, há uma vinculação entre a satisfação pessoal revelada com a prática de venda efetuada e, por resposta, o ganho econômico que dela advém. Há de se perceber que se faz presente a representação de que é pelo conhecimento prático de venda e das suas experiências que se legitima sua percepção individual de satisfação.

A junção desses fatores, se considerado as contribuições de Denise Jodelet (1993; 2001), permite explicitar que as interações sociais das mulheres são construídas por elementos empíricos (venda) alinhados a uma visão consensual da realidade. O que corrobora essa premissa é evidenciada ao ler que dentre as motivações há a “*sensação de ser útil e segurança de receber*” (E14, 62 anos) e “*felicidade e agradecer por poder trabalhar aqui*” (E15, 31 anos). Assim, aspectos objetivos da realidade (a barraca, os produtos, os fregueses, a venda, o ganho) acionam elementos subjetivos que atribuem ao trabalho na feira valores de positividade, tais como se sentir útil e ter segurança.

Mais ainda, utilizando da sistematização da representação social por parte de Jodelet, o conhecimento prático apresentado pelas mulheres permeia o sentimento de satisfação de cada venda efetivada (E4, E8 e E12) e de reconhecimento com trocas de experiências e visões de mundo (JODELET, 1993; 2001; GUARESCHI, 2009) que são reforçadas nos contatos diários entre as feirantes e os fregueses, formando o que se entende como representação social no sentido de ser coletiva (MOSCOVICI, 2001).

O trabalho na feira, mais ainda, é reforçado e enfatizado como ganho pessoal no prisma acadêmico-econômico ao observar que “*daqui tenho condições de pagar minha faculdade com ajuda dos pais* (E6, 27 anos)”, bem como pela satisfação em poder praticar outras vocações: “*consigo deixar lado a lado o que é importante: meus artesanatos e receber por eles* (E16, 32 anos)”. Assim, os ganhos econômicos advindos





da feira, além do sustento e de poder *deixar as contas no azul* (E6, 27 anos), possibilitam a algumas mulheres concretizar outros anseios, sejam eles educacionais ou vocacionais.

A pesquisa também evidenciou a multiplicidade de papeis que as mulheres apresentam antes mesmo da identidade de feirantes. Tal condição se revela ao ler que *“É corrido porque tenho que cuidar da casa e do que vender aqui. Mas tem vizinho que me ajuda”* (E1, 50 anos); *“Tenho que agendar tudo pq cuidá da casa e dos filhos e isso é pesado”*(E4, 39 anos); *“É um pouco complicado pois tenho que ajudar com as tarefas de casa, montar meus artesanatos, ajeitar tudo para trazer para a feira e tenho meus estudos”* (E6, 27 anos); *“Bem tranquilo porque se for o caso viro a noite para deixar tudo pronto para sábado”* (E15, 31 anos).

Esses trechos evidenciam que, embora a participação na feira também exija atividades anteriores de produção dos itens comercializados, as tarefas domésticas e de cuidados com os filhos continuam a cargo das mulheres feirantes. Outrossim, é de considerar que as pesquisadas aceitam tal condição sem questionamentos, percebendo suas atividades como “natural”, “esperada” ou “normal” pois foram justamente os “valores enraizados do patriarcado na cultura brasileira, que legou às mulheres a exclusão dos espaços públicos, direcionando a elas o exercício de atividades do lar, no âmbito privado” (BERNINI SILVA; AZEVEDO, 2016, p.3).

A partir das respostas também ficou evidente a pluralidade de funções que as mulheres desempenham desde a colonização do país, majoritariamente ligados à esfera doméstica do lar (DAJUI, 2006; AZEVEDO, 2012; NEVES, 2014; TEDESCHI, 2014). Todavia, o desempenho em outros campos não lhes garante a efetivação de seus direitos, haja vista que suas respostas remontam a atividades consideradas tão-só do lar (sem relevância por não gerar proventos) e àquelas tidas como direcionadas ao gênero feminino (cuidado de idosos, e crianças, por exemplo).

Equivale dizer que suas ações são cerceadas sem mesmo notarem, mas inversamente, essa situação pode ser alterada ao terem voz ativa advinda de uma atividade profissional, de representação em movimentos sociais e instituições que lhes defendam, bem como na gerência dos recursos (alimentares, de cuidados ou econômicos) da sua família. Mais



ainda “a posição mais elevada e a independência feminina podem favorecer a redução das desigualdades contra o sexo feminino nas tomadas de decisões familiares, influenciando para a mudança social em geral” (SEN, 2004, p. 234).

Vale destacar, como analisado anteriormente, que esses índices de respostas contrariam as falas das informantes em pergunta anterior quando relataram que é que *“É corrido porque tenho que cuidar da casa e do que vender aqui. Mas tem vizinho que me ajuda”* (E1, 50 anos); *“Tenho que agendar tudo pq cuida da casa e dos filhos e isso é pesado”* (E4, 39 anos); *“É um pouco complicado pois tenho que ajudar com as tarefas de casa, montar meus artesanatos, ajeitar tudo para trazer para a feira e tenho meus estudos”* (E6, 27 anos); *“Bem tranquilo porque se for o caso viro a noite para deixar tudo pronto para sábado”* (E15, 31 anos).

Esses trechos demonstram que, embora a participação na feira também exija atividades anteriores de produção dos itens comercializados, as tarefas domésticas e de cuidados com os filhos continuam a cargo das mulheres feirantes ao passo que as desconsideram como “trabalho”, mas sim uma “atividade que deve ser feita”.

Pode-se, também, pressupor que quando compreendem o trabalho doméstico como algo “natural para mulheres” corroboram para a invisibilidade do seu labor e, por rebote, a complexidade e o tempo que dedicam ao que é do lar pois sequer conseguem compreender a importância do que realizam (SEN, 2004). Essa divisão de papéis, por diversas vezes reforçada pelas normas sociais e culturais, contribui para a invisibilidade do trabalho doméstico.

Em suma, a participação do público nas feiras e as relações que os consumidores estabelecem com as mulheres feirantes ainda carece de estudos científicos particularizados e densos, já que, acreditando na continuidade dessa atividade e desse espaço, a esperança de uma entrevistada soa convidativa: *“Que haja sempre oportunidade para todas que precisam expor seus produtos”* (E2, 43 anos).

## **Considerações Finais: um debate inacabado?**



Não é de interesse a esta pesquisa estabelecer uma leitura depreciativa das feiras (não se importando com os meios desde que se chegue a determinado fim), e nem interpretar a feira pelo viés romantizado. O que de fato tem ênfase nesta pesquisa é tornar público ao leitor que a feira livre também acolhe fatores pouco publicitados como o acordar do feirantes pela madrugada, a dificuldade de chegada para montagem das barracas, os custos de produção, colheita e transporte dos alimentos e produtos que serão vendidos, o trabalho ao sabor das intempéries, bem como outros aspectos que por vezes podem ser obscurecidos em decorrência de se privilegiar uma interpretação e supervalorização da troca cultural existente nesses lugares que se preservam ao longo do tempo.

Nesta pesquisa priorizou-se analisar as representações diferenciadas sobre o que a feira significa para as mulheres que integram e interagem na feira livre de Barbacena -MG, ora destacando a sua função econômica e de autonomia financeira, ora sua função socializadora e de valorização daquilo que comercializam. Há de se considerar que, pelos resultados, não informaram de maneira unidimensional suas concepções sobre atuarem na feira, quer seja exclusivamente como recebimento de proventos, quer seja tão-só palco de trocas culturais, de valorização tanto da qualidade dos alimentos e de atividades socioculturais.

Assim, cabe indicar que tal contradição parte de uma naturalização das tarefas femininas domésticas, que não deixaram de ser executadas pelas feirantes mesmo após sua inserção nas feiras. Nas falas não se percebe uma redistribuição familiar das tarefas domésticas, mas isso não foi objeto de uma pergunta específica. As falas das mulheres permitem compreender a valorização das feiras como espaços de fala e circulação de mensagens e representações.

Além de um lugar para consumo de um produto propriamente dito, há em torno dela uma construção simbólica sobre a confiança, o crédito atribuído às palavras e a possibilidade de sociabilidade em meio a transações comerciais. As respostas indicam um consenso afirmativo, ou seja, há o sentido de uma representação positiva dessa característica da feira a qual reforça a imagem de que naquele espaço mercadorias, pessoas e palavras circulam.



É nesse sentido que esta pesquisa aprofundou a compreensão da feira como espaço de oportunizar a inserção de um segmento que constantemente tem instituído em seus papéis os cuidados do lar e seu entorno, eximindo de qualquer possibilidade de ganho financeiro. No caso específico da feira aqui analisada, é nesse espaço que se faz presente a ligação das dimensões econômica e pessoal; de autonomia financeira e de pertença social tendo sua atividade não só reconhecida por si e seus pares, mas também validada com a prática de venda de quem adquire os produtos.

Nesta pesquisa tornou-se evidente a similaridade das respostas que avaliaram a feira como lugar de auto realização pessoal, profissional e financeira diante de um comparativo de vulnerabilidade anterior, quando as mulheres desempenhavam, em sua maioria, atividades na esfera doméstica ou outras atividades socialmente desvalorizadas. Nesse ponto, a pesquisa contribui com as análises sobre as mulheres feirantes ao estabelecer uma trajetória, um antes e um depois, que permitiu às participantes avaliarem as transformações positivas e negativas dessa passagem do privado ao público.

Observou-se, assim, que as representações positivas se constroem pautadas no ganho financeiro que recebem; na percepção de que se tornam capazes de opinar em sua vida privada (sobretudo nas questões econômicas da família); na auto realização advinda daquilo que comercializam e de sua percepção pessoal -na qualidade de feirante- de que aquilo que produzem não só tem importância sociocultural, como se válida e reafirma quando adquirido por seus consumidores.

Deve-se reconhecer que, se a pesquisa avança em demonstrar as representações das respondentes, como possíveis caminhos de pesquisas futuras sugere-se: investigar as formas de resiliência da feira diante da pressão de outros estabelecimentos comerciais; se a participação dos chamados consumidores conscientes pode contribuir para amenizar as condições de vulnerabilidade feminina nos espaços das feiras; as iniciativas institucionais para assegurar a manutenção das feiras no presente e no futuro; as intervenções públicas e seus resultados em relação a manter que é próprio da feira e ao enfrentamento da precarização. Essas questões carecem de análises particulares e aprofundamento investigativo, inclusive sob a ótica da representação social, tal qual este artigo se propôs a fazer.



## Referências

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**. v.15, 2016, p.261-295. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em 10 ago. 2022.

AMORIM, Erica Oliveira; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? **Caderno Espaço Feminino**, v.28, n.1, 2015, p.195-213. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/27046>. Acesso em 15 set. 2022.

ARRUDA, Angela. Despertando do pesadelo: a interpretação. *In.: Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados*. SOUSA, C. P. S. *et al* (Orgs). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014. p.229-258.

AZEVEDO, Vilma Maria. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos**: o caso de Barbacena-MG. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa-MG, Viçosa, MG. Disponível em: <http://locus.ufv.br/handle/123456789/4179>. Acesso em 01 jul. 2022.

BERNINI SILVA, Parley Lopes; AZEVEDO, Vilma Maria. Projeto Cozinha Solidária: Construindo a cidadania de gênero na periferia de Barbacena –MG. *In.: Anais da UEMG*, 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/anaisbarbacena/article/view/2021>. Acesso em 16 fev. 2023.

BERNINI SILVA, Parley Lopes. **Identidade, Trabalho E Inclusão Social**: estudo sobre as representações de mulheres feirantes de Barbacena-MG. 2021. Dissertação (Mestrado) - Extensão Rural, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/28140/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1994, p.11-22.

CARVALHO, Jakeline de Jesus; AGUIAR, Maria Geralda Gomes. Qualidade de vida e condições de trabalho de feirantes. **Revista Saúde Coletiva UEMS**, n.7, 2017, p.60-65. DOI: [10.13102/rsdcauefs.v7i3.1943](https://doi.org/10.13102/rsdcauefs.v7i3.1943). Acesso em 01 jul. 2022.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; NUNES, Josine Borghetti Antonelo. Políticas Públicas de Gênero voltadas à Mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania, 2014. *In.: XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, VII Mostra de*



**Trabalhos Jurídicos Científicos.** Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11768>. Acesso em 03 jul. 2022.

CUERVO, Maria Rita; HAMANN, Cristiano; PIZZINATO, Adolfo. Feira agroecológica enquanto comunidade de prática: redes de sociabilidade, consumo e resistência. **Sociedade e Cultura**, v.22, n.1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v22i1.43743>. Acesso em: 02 set. 2022.

FABERLUDENS. **Métodos de pesquisa etnográfica**. [200-]. Disponível em: [http://www.ligiafascioni.com.br/wpcontent/uploads/2011/05/aula3\\_metodos\\_pesquisa\\_etnografica.pdf](http://www.ligiafascioni.com.br/wpcontent/uploads/2011/05/aula3_metodos_pesquisa_etnografica.pdf). Acesso em 03 jan. 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, 1995, p.57-63 [versão impressa].

GUARESCHI, Pedrinho. Alves. Psicologia Social e Representações Sociais: Avanços e Novas Articulações. *In.*: **Psicologia do cotidiano**: representações sociais em ação. GUARESCHI, Pedrinho Alves. (Orgs). Petrópolis: Vozes, 2007, p.17-40.

GUIMARÃES, Thaynara Thaissa Dias; DOULA, Sheila Maria. Memória e identidade: o processo de sucessão e herança no Mercado Municipal de Montes Claros – MG, 2018. **Brasil. Mundo Agrario**, 19(40), e078. DOI: <https://doi.org/10.24215/15155994e078>. Acesso em 03 jan. 2021.

HENRY, Peter; MOSCOVICI, Serge. Problèmes de l'analyse de contenu. *In.*: **Langages**, n.11, 1986, p.36-60. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/lgge\\_0458-726x\\_1968\\_num\\_3\\_11\\_2900](https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1968_num_3_11_2900). Acesso em 30 set. 2022.

JACCOUD, Mylene; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. *In.*: POUPART, J. *et al* (Orgs.). **A Pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis. Ed: Vozes, 2008.

JODELET, Denise. (Org.). **Representações sociais**: um domínio em expansão. Rio de Janeiro. Ed: EdUERJ, 2001.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. *In.*: JODELET (Orgs.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989. [tradução: Tarso Bonilha Mazzotti]. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Faculdade de Educação, 1993.

LOPES, Telma Januzzi Silva. As representações sociais e a educação. **XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE**, 2013. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9077\\_6744.pdf](http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9077_6744.pdf). Acesso em 04 out. 2021.

MARTINS, Priscila Oliveira; TRINDADE, Zeidi Araujo; ALMEIDA, Angela Maria Oliveira. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de



inserção urbana e rural. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.16, n.3, 2003, p.555-568. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000300014>. Acesso em 02 set. 2022.

MENASCHE, Renata. Risco à Mesa: Alimentos Transgênicos, No Meu Prato Não?. **Campos - Revista de Antropologia**, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1638>. Acesso em 02 set. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21<sup>a</sup>. ed. Petrópolis. Ed: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, Serge. “Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história”. In.: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**, 2001, p.43-66.

MOSCOVICI, Serge. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, v.18, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. **Mulheres e mercado de trabalho: aflições e conquistas**. Rio de Janeiro. Ed: Alternativa, 2014.

ONU, Organização das Nações Unidas. **A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-aimportancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro>. Acesso em 01 out. 2022.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agrícolas: experiências em agroecologia**, v.6, n.4, 2009.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis. Ed: UFSC, 2016.

PEDRO, Fábio Costa; COULON, Olga. M. A. Fonseca. **As Rotas Comerciais e as Feiras Medievais**, 1985. Disponível em: [http://www.miniweb.com.br/historia/artigos/i\\_media/rotas\\_comerciais.html](http://www.miniweb.com.br/historia/artigos/i_media/rotas_comerciais.html). Acesso em: 03 mar. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, v.15, n.29, 1995. Disponível em: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3770](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3770). Acesso em 28 out. 2022.

PIMBERT, Marta. Mulheres e soberania alimentar. **Revista Agrícolas: experiências em agroecologia**, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa. Ed: Gradiva, 1995.



SACCO DOS ANJOS, Flávio; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização:** perspectivas e tendências. Pelotas. Ed: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

SATO, Leny Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, n.19, 2007, p.95-102 [versão impressa].

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n.13, 2000, p.128-133. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6719>. Acesso em 16 fev. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Ed: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, Izabelle Trajano; SILVA, Anieres Barbosa da. A FEIRA LIVRE NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO DE CASO EM UMA PEQUENA CIDADE PARAIBANA. **GeoSertões**, v.1, n.2, 2016, p.6-20. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/36>. Acesso em: 05 jan. 2021.

TEDESCHI, Lisandro. A. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados-MS. Ed: UFGD, 2014.

TOLFO, Suzana Rosa; PICCININI, Valmiria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, Ed. Especial, n.1, 2007, p.38-46. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007>. Acesso em 16 fev. 2023



## Between work and home: study of the social representations of women farms

**ABSTRACT.** The article highlights the social representations of rural women marketers who work at the open market in Barbacena -MG with regard to their social inclusion/exclusion in public life, correlating to the fact that they assume a professional identity which intersects with their private life. Methodologically qualitative, it uses semi-structured questionnaires and content analysis. The results indicate a polysemy of representations on the part of women who are sometimes socially included through the sale of their products, sometimes they expose issues that exclude them such as the overload of functions performed and the difficulties of recognizing their professional identity.

**KEYWORDS:** Social representation. Gender. Woman. Barbacena-MG

***Parley Lopes BERNINI SILVA***

*É Gestor de Turismo pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais e Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente é bolsista CAPES-DS de doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina. Seus interesses de pesquisa são: Representação Social; Mudanças Climáticas Globais e Métodos Qualitativos de Pesquisa aplicados às Ciências Sociais.*  
E-mail: parley.silva@posgrad.ufsc.br

*Recebido em: 17/02/2023*

*Aprovado em: 10/06/2024*